

* continuação		
19. Despesas administrativas:	2012	2011
Despesa com pessoal	739	548
Impostos, taxas e contribuições	459	450
Aluguéis e arrendamentos	51	51
Outras despesas	1.658	5.139
	2.907	6.188
20. Depreciação e amortização:	2012	2011
Amortização	5.584	5.584
Depreciação	377	321
	5.961	5.905
21. Despesas indedutíveis:	2012	2011
Brindes e doações	888	-
Despesas com contingências	7.620	-
Perdas indedutíveis	4	190
	8.512	190
22. Despesas financeiras:	2012	2011
Encargos de empréstimos/financiamentos	85.909	9.548
Despesas bancárias	36	35
Juros e multas sobre duplicatas	3	533
	85.948	10.116
23. Provisão de IR e CS:	2012	
IR	8.491	
CS	7.138	
	15.629	

A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela utilização de prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente e de despesas não dedutíveis para fins fiscais. **24. Instrumentos financeiros (CPC 14): 24.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo

circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **24.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **24.3. Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado. **25. Seguros (não auditado):** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. **26. Gestão de riscos:** Os principais passivos financeiros da Cia. referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Cia. A Cia. possui contas a receber de cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Cia. está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Cia. ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Cia. sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Cia. está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Cia. em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Cia. possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Cia. e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Cia., do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Cia. encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Cia. acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **27. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos:** A Cia. não opera com instrumentos derivativos. **b. Índice de cobertura do serviço da dívida com o BNDES:**

	2012	2011
A - Geração de caixa da atividade	74.236	27.037
EBITDA	61.421	27.350
IRPJ	26	-
CSLL	10	-
Variação do capital de giro	12.779	(313)
B - Conta de consumo de combustível	27.108	45
Benefício da conta consumo de combustível	27.108	45
C - Serviço da dívida	41.432	21.685
Amortização de principal	34.974	13.124
Pagamento de juros	6.458	8.561
D - Índice de cobertura do serviço da dívida = A + B/C	2,45	1,25

28. Eventos subsequentes: Em 06/05/2013 foi protocolada junto à 7ª Vara Cível de Cuiabá MT ação com pedido de liminar movido por Mara Daisy Gil Dias em desfavor de MAFE Energia com o objetivo de sustar efeitos das assembleias e deliberações resultantes de convocações ilegais.

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente
RG: 152.052 SSP/MT - CPF: 047.942.901-44

Fernando Antonio Bertin - Diretor Administrativo Financeiro
RG: 7.774.333 SSP/SP - CPF: 001.854.238-76

Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora
CRC 1MT0069790-0 "S" PA - CPF: 651.416.791-87

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Curuá Energia S.A.** - Altamira - PA. Examinamos as demonstrações contábeis da **Curuá Energia S.A. ("Cia.")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/12, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre

a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Curuá Energia S.A.** em 31/12/2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Sem alterar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Cia. realiza transações com partes relacionadas sem formalização e incidência de atualização monetária. Os efeitos nas demonstrações contábeis, originados dessas transações, poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado. Conforme Nota nº 28, a Cia. possui processo em andamento de ação com pedido de liminar em desfavor da controladora MAFE Energia e Participações S.A. Até o término de nossos trabalhos não havia sido concluído, não nos permitindo identificar possíveis efeitos para a Cia. Conforme mencionado na Nota nº 1, a Cia. comercializa a totalidade da energia produzida para a CELPA, que está em processo de recuperação judicial. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste decorrente de eventual inadimplência e/ou rescisão contratual. Essa condição indica que a CELPA pode ter dificuldades de obtenção de capital de giro junto às instituições financeiras para honrar seus compromissos financeiros e, consequentemente, isto pode ter reflexos na **Curuá Energia S.A.** As demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas na premissa da Cia. continuar no curso normal de seus negócios. Conforme divulgado na Nota

Explicativa nº 8, em decorrência das operações envolvendo instrumento de confissão de dívida junto a coligada Heber Participações e contrato de assunção de dívida junto a sua controladora Mafe Participações, houve um aumento substancial do passivo da Cia. em 31/12/2012, referente aos encargos da dívida. Adicionalmente, o plano da Administração para arcar com o ônus assumido no instrumento de confissão de dívida, conforme Nota nº 8, está descrito no próprio contrato, que prevê o pagamento em 180 parcelas, e o pagamento das parcelas ocorrerão tão somente através de 86% da sobre do fluxo de caixa, se existe, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Cia. A continuidade normal dos negócios da Cia. depende da capacidade de geração de caixa, que se dá pelo fluxo normal de sua atividade operacional. As demonstrações contábeis não apresentam quaisquer ajustes que possam resultar do insucesso na execução de suas atividades. **Outros assuntos: Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2011, apresentados para fins de comparação foram, anteriormente, auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12/07/2012, que não conteve modificação e conteve ênfase quanto aos mesmos assuntos do § 1º, a não formalização das operações entre partes relacionadas e o § 3º, comercialização da totalidade de sua energia com a CELPA que encontra-se em recuperação judicial do § de ênfase. Altamira - PA, 06/08/2013. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT. **Alfredo Ferreira Marques Filho** - Contador - CRC 1 SP 154954/O-3-S-MT; **José Martins Alves** - Contador - CRC 1 MS 009938/O-0

Protocolo 969431

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA. CNPJ/MF nº 83.663.484/0001-86- NIRE 15300016614. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** São convidados os senhores acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de junho de 2016, às 09h00min, na sede social, na Rodovia Arthur Bernardes nº 5555 - Belém - PA, com o objetivo de deliberarem sobre a Proposta da Diretoria para aumento do capital social da Sociedade. Belém (PA), 06 de junho de 2016. **COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA.** André Luiz de T. Gasparini - Diretor. Marcello Silva do A. Brito - Diretor
Protocolo 969213

LIMA, IRMÃOS S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
C.N.P.J. nº 04.893.970/0001-14
NIRC 15.300.010.705
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se acham à disposição dos mesmos, na Sede da Sociedade, sita à Avenida Senador Lemos nº 247 sala 001, bairro do Umarizal, CEP 66.050-000, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, referente ao ano de 2015.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convocação dos Senhores Acionistas para Assembleia Geral Ordinária que realizará dia 09 de Julho de 2016, sendo 1º às 09:00 (nove) horas, 2º às 09:30 (nove e meia) horas na sede avenida Senador Lemos nº 247 sala 001, bairro do Umarizal, CEP 66.050-000, nesta cidade, para deliberarem os seguintes:-
a) Apreciação e julgamento das Contas da Diretoria, referentes ao ano de 2015;
b) Eleição dos Membros da Diretoria para o exercício de 2016; e,
c) Fixação dos honorários dos Membros da Diretoria para o exercício de 2016.
d) O que ocorrer.

Belém, Pará, 06 de Junho de 2016
MARIA DO CARMO LIMA MENDES LOBATO
Diretora Presidente
C.P.F. nº 098.654.892-87

Protocolo 969239

SNDCATO DOS TRAB. RODOVIÁRIOS EM EMPRESAS, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE TRANSP. RODOV. DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL, TURISMO E FRETAMENTO E TRANSP. SELETIVO DO ESTADO DO PARÁ. CNPJ: 83.268.904/0001-20

ASSEMBLEIA GERAL - EXTRAORDINARIA O Presidente deste Sindicato no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os senhores associados em pleno gozo de suas obrigações sociais e demais trabalhadores rodoviários em empresas de transportes Passageiros interestadual, intermunicipal, turismo e fretamento do estado do Pará, para comparecerem a Assembleia Geral que será realizada no dia, local e horário: dia 17/06/2016(sexta feira), Av: Cipriano Santos, 139 altos, São Brás, Belém-PA, às 18:00h em primeira convocação com a participação de 50%(cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados ou as 18:30h, em segunda convoca com a participação de qualquer número de associados presentes para deliberar sobre a seguinte pauta: a) Prestação de Contas da Diretoria do Exercício Financeiro de 2015. b) Previsão Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016. Belém-PA, 03 de Junho de 2016.

LUIZ CARLOS ROSA- Presidente

Protocolo 969311